

Relatório e Contas 2018

Rua Eng.º José Cordeiro, nº6
9504-522 Ponta Delgada
Tel.: 296 209 650
Fax: 296 209 651
E-mail: geral@norma-acores.pt

www.norma-acores.pt

Acionistas.....	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
A Empresa.....	5
Informação Económica e Financeira.....	15
Proposta de Aplicação de Resultados.....	21
Demonstrações Financeiras Individuais	22
Informações sobre os Órgãos Sociais	57

pu.

CAO

Acionistas



EDA, Electricidade dos Açores, S.A. – 62,565%



CONSULMAR - SGPS, S.A. – 25,500%



Seguradoras Unidas, S.A. – 5,000%

Outros – 6,935%

Capital Social: 400.000 €

Handwritten signatures and initials:
PU
P. Ad
P. S

Mensagem do Conselho de Administração

Nesta fase em que se avizinham potenciais alterações na estrutura acionista da empresa apraz registar o Resultado Líquido, relativo ao exercício económico do ano de 2018, no valor de 356.746,25 euros.

O Capital Próprio da Sociedade, à data de 31 de dezembro de 2018, ascendia a 3.193.734,16 euros e espelha o valor de Disponibilidades, de Clientes e da Participação na Controlauto-Açores, deduzido das responsabilidades correntes, essencialmente Fornecedores.

Os indicadores de Solvabilidade e Autonomia Financeira atestam a saúde financeira da empresa.

A carteira de trabalho existente, os Recursos Humanos e a organização da sociedade, sujeita ao constante processo de monitorização e melhoria contínua exigido pelos Sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança implementados e certificados permitem antecipar um futuro de sucesso.

A Norma Açores fará este ano 35 anos. Ao longo da sua vida ocorreram diversas alterações na estrutura acionista, desenvolveram-se novas atividades, criaram-se competências e diversificaram-se negócios. A Engenharia Civil foi perdendo a sua relevância. Hoje representa cerca de 50% do Volume de Negócios. As atividades de Consultadoria, Formação, Estudos de Opinião e Sondagens, Ambiente e Qualidade e Obrigações Legais da Indústria, assumem um papel preponderante.

Em 1995, a Norma Açores, perseguindo a sua estratégia de diversificação de Negócios, que se revelou muito adequada, criou a Controlauto-Açores, da qual detém aos dias de hoje uma quota de 60%, sendo o remanescente capital pertença da Controlauto, S.A. É um projecto sustentável e um importante ativo da empresa, o seu Capital Próprio ascende a 1.096.476,82 euros.

Agradecemos a confiança dos nossos clientes e reafirmamos o compromisso inequívoco na procura de bem servir.

Registamos o reconhecimento pela pronta cooperação dos nossos colaboradores e parceiros e o anseio de continuidade de trabalho conjunto, complementar e bem sucedido.

Elogiamos a motivação, a partilha e o empenhamento dos trabalhadores, fator fundamental para o sucesso da empresa e a quem dirigimos um muito especial “obrigado”.

Aos nossos accionistas um agradecimento pelo acompanhamento e atenção dispensada.

pu.
PA
5

A Empresa

A Norma Açores tem por objeto social o planeamento, a consultadoria e a prestação de serviços nas áreas de estudos e projetos de arquitetura e engenharia, gestão e fiscalização de projetos e obras, estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais e acompanhamento ambiental de obras, gestão de resíduos, apoio à gestão empresarial, formação profissional, estudos económico-financeiros, estudos de mercado e sondagens de opinião, segurança, higiene e saúde no trabalho e o apoio e/ou execução de ensaios.

Na área de **Engenharia e Fiscalização** a Norma Açores detém no seu curriculum uma parte muito expressiva das grandes obras e infraestruturas realizadas na Região, nomeadamente no que se refere a obras portuárias, aeroportuários, estradas, estruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água, instalações industriais, hotéis e grandes equipamentos sociais, como hospitais, centros de saúde, centros sociais, escolas, creches e recuperação de edifícios e património histórico.

Os serviços prestados no âmbito da **Engenharia e Fiscalização** relacionam-se essencialmente com Estudos e Projetos, Trabalhos de Geotecnia, Topografia, Assistência Técnica a Instalações, Inspeções, Monitorizações e Ensaio, Auditorias de Qualidade, Fiscalizações e Coordenação de Segurança em Obra e Acompanhamento Ambiental.

Na área da **Consultadoria** destacam-se os Estudos Económicos, a Consultadoria de Gestão, o apoio a Projetos Comunitários, o Ordenamento do Território, os Estudos de Mercado e Sondagens, o Recrutamento e Seleção de Pessoal, a Formação, Implementação de Sistemas de Gestão ISO, a Gestão Ambiental e a Gestão de Sistemas de Tratamentos de Resíduos, Obrigações Legais da Indústria, Metrologia, Ensaio e Inspeções Técnicas, a Monitorização de Ruído Ambiental, Laboral e Acústica, a Monitorização da Qualidade do Ar e a Segurança Alimentar.

O enfoque no cliente materializa-se na prestação de um serviço que corresponda aos requisitos contratuais, às expectativas do cliente e, sempre que possível, proporcione um acréscimo de competitividade para este.

Em 2018, a Norma Açores efetuou a transição para os novos referencias do sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, no âmbito da ISO:9001:2015 e ISO:14001:2015, bem como manteve o sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho com base na OHSAS 18001:2007. O sistema de gestão integrado é instrumento fundamental para o controlo da qualidade do trabalho prestado, para a gestão eficaz dos recursos e para a observância dos valores da empresa e persecução da sua missão.

Paralelamente, a Norma Açores detém um conjunto de certificações relativas ao seu âmbito de trabalho que atesta o seu valor e Know-how em diversos campos, nomeadamente:

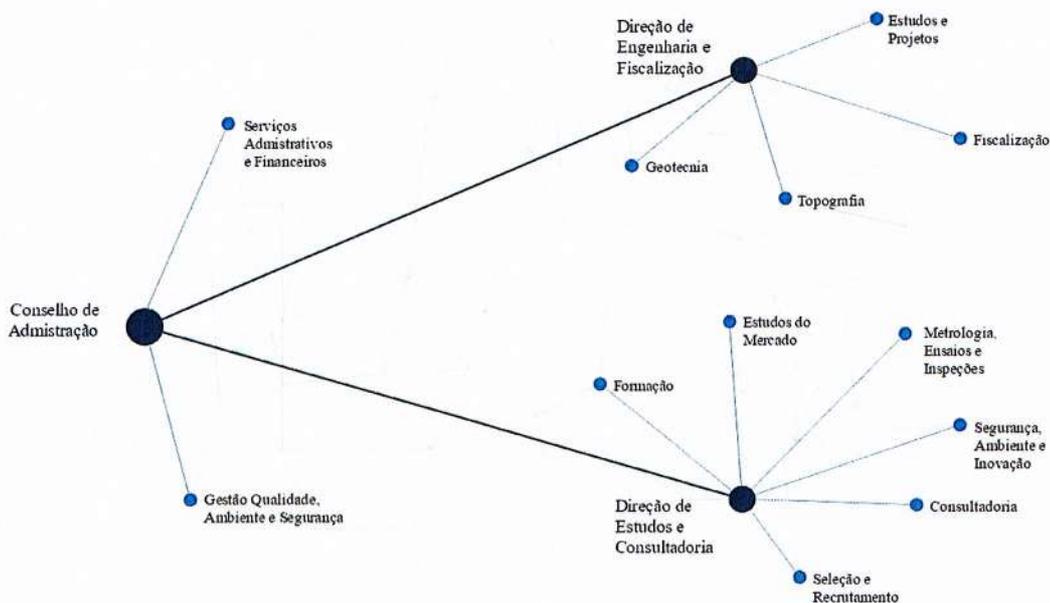
- ''' Prestação de serviços de Formação Profissional, exceto Agricultura e Saúde, pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.
- ''' Acreditação pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social para a realização de Sondagens e Estudos de Opinião.
- ''' “Organismo de Verificação Metrológica de Contadores de Grande Caudal”, exceto água, pelo Instituto Português da Qualidade
- ''' Entidade Inspetora de Ascensores e Escadas Rolantes, reconhecida pela Direção Regional da Energia.
- ''' Credenciação de Segurança Individual e Nacional, grau Secreto, pelo Gabinete Nacional de Segurança

A Norma Açores possui uma estrutura técnica interdisciplinar, constituída por 29 quadros superiores, 16 técnicos especializados e 9 trabalhadores nas áreas de apoio e suporte ao negócio, num total de 54 trabalhadores, sedeados essencialmente em São Miguel. Conta com um escritório na ilha Terceira, onde estão localizados três trabalhadores e ainda dispõe de dois trabalhadores em permanência nas ilhas do Pico e Faial.

A empresa conta ainda com um conjunto de parceiros, consultores e colaboradores externos, amplamente reconhecidos nas suas competências, com os quais mantém acordos de cooperação, que, numa lógica de complementariedade, permitem alavancar e alicerçar as valências da empresa.

A organização da empresa assenta essencialmente na coordenação efetuada pela Gestão e pelas duas Direções, Engenharia e Fiscalização e Estudos e Consultadoria, com suporte do Serviço Administrativo e Financeiro.

PLU
OAS
[Handwritten signature]



No seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Sector Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por Resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, S.A., representativas de 62,63% do capital social, a realizar mediante concurso público, à exceção da venda direta aos trabalhadores, num máximo de 10% do Capital. Ainda neste âmbito, por Despacho n.º 1922/2018, de 29 de outubro, da Presidência do Governo, foi nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento.

A alienação da participação da EDA, S.A. no capital social da Norma-Açores, S.A. enquadra-se no Regime de alienação das participações do sector público (Lei n.º 7 /88, de 24 de maio e Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro), atendendo a que a EDA, S.A é um ente público, detido maioritariamente pela Região Autónoma dos Açores.

Em 10 de dezembro, foi publicado no Diário da República nº 237, o procedimento nº 10570/2018, para alienação de 42.100 ações, correspondentes a 52,625% do capital social da empresa. Do concurso público não resultou a alienação, dada a inexistência de propostas. No âmbito do processo de venda direta aos trabalhadores resultou a alienação de um lote correspondente a 50 ações, ou seja, 0,06% do capital social da empresa.

Handwritten notes:
 PA
 P. Ad
 S
 C

De acordo com as informações disponíveis à data, é expectável que venha a ocorrer durante o 1º semestre de 2019, novo procedimento para alienação da participação da EDA, S.A. no capital social da empresa.

Chet.

D. A. A.

5

(mil euro)

Volume de Negócios	2014	2015	2016	2017	2018	2018/17	
						Est. %	Evol. %
Total	2 407	2 743	3 075	3 122	2 827	100,0	-9,5
Engenharia	1 104	1 562	1 627	1 497	1 434	50,7	-4,2
Projetos	361	790	671	388	185	6,5	-52,3
Fiscalização	743	772	956	1 109	1 249	44,2	12,6
Consultadoria e Estudos	1 303	1 181	1 448	1 625	1 393	49,3	-14,3
Consultadoria	636	709	725	768	743	26,3	-3,3
Seleção de Pessoal	22	19	34	41	26	0,9	-36,6
Estudos de Opinião	19	27	31	63	46	1,6	-27,0
Formação Profissional	243	155	311	319	234	8,3	-26,7
Metrologia, Ensaios e Inspeções	130	131	160	153	146	5,2	-4,6
Segurança, Ambiente e Inovação	253	140	187	281	198	7,0	-29,5

De acordo com o plano e orçamento para 2019, a empresa tem em carteira um conjunto de trabalho em curso que correspondente a 54% da faturação para esse ano, estimada em 2 954 mil euros.

Handwritten signatures and initials:
C. U. v.
P. A. A. v.
P. v.

competências pessoais, habitualmente designadas por “soft skills, que aos dias de hoje são bastante valorizadas.

O acompanhamento de proximidade da atividade de todos os colaboradores e a partilha de informação e objetivos são princípios basilares da Gestão de Recursos Humanos, privilegiando-se a motivação enquanto fator de sucesso da empresa.

A Formação, enquanto reforço da aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos necessários ao bom desempenho das funções é um importante instrumento para assegurar o desenvolvimento e a adequação da qualificação das pessoas e, conseqüentemente, da produtividade e competitividade da empresa. Em 2018, foi proporcionada a frequência de 879,5 horas de formação, envolvendo 173 participações em cursos, seminários e fóruns.

Cursos	nº de Participantes	horas
	39	612
Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados	2	14
Encarregado de Proteção de Dados	3	48
Inspeção Visual de Soldadura por Fusão em Materiais Metálicos - Nível 1 e Nível 2	1	40
Gestão de Projetos (11ª Edição)	1	35
Desafios da Reabilitação da Construção em Pedra nos Açores - Casos de Estudo	2	27
Avaliação de Riscos Químicos	1	30
Segurança na Movimentação Mecânica de Cargas	1	30
Avaliação de Riscos Psicossociais	1	30
Disposições Gerais, Sistemas de Distribuição Predial de Águas, Redes Hidráulicas Prediais de Combate a Incêndios – Novo Regulamento Português	1	19,5
TIM III – Curso de Apoio à Certificação de Técnicos de Instalação e Manutenção para Potências Superior a 100Kw Térmicos	1	48
Interpretação das Normas de Certificação da cadeia de Responsabilidade – FSC e PEFC	1	14
Peritos Qualificados no Sistema de Certificação de Infestação por Térmitas - SCIT	1	45
Curso “Desafios da Reabilitação da Construção em pedra nos Açores – Casos de Estudo”	1	13,5
Novo Regime da Proteção de Dados e Responsabilidades das Empresas Privadas ou Entidades Públicas	2	8
Dimensionamento de Estruturas de Betão Assistido por Computador	2	48
Estabilidade de Taludes: Estudo de Caso	1	13
Desafios da Reabilitação da Construção em Pedra nos Açores - Casos de Estudo	1	13,5
Avaliação de Máquinas, Equipamentos, Instalações Técnicas e Industriais	1	28
Resiliência em Equipas de Elevada Performance	2	16
Coaching na Liderança	4	32
Alteração ao Código dos Contratos Públicos	2	28
Exercício de Auditoria aos Procedimentos RGPD	7	31,5

PKS.
P. A. A.
P.

Seminários e Fóruns	134	267,5
Formação Eventual 0118 "Orçamento do Estado 2018 e aprofundamento das mais recentes alterações fiscais"	1	8
Sessão Técnica ITED ITUR	1	3
Sensibilização "Avaliação e Controlo de Riscos (SST) - Atualização"	48	48
Workshop "Aplicação dos Novos Procedimentos RGPD e os Formulários da CNPD"	14	28
Workshop "Resiliência"	10	20
VI Jornadas Regionais da Qualidade com o tema "Sistema de Gestão para a Qualidade ou Sistema de Gestão"	3	10,5
Conferência "Apresentação do 'Retrato dos Açores'"	2	4
16º Congresso Nacional de Geotecnia, subordinado ao tema "Geotecnia, Riscos Naturais e Geotécnicos e Sustentabilidade" e nas 6ªs Jornadas Luso Espanholas, subordinadas ao tema "Obras Geotécnicas em Terrenos Vulcânicos"	1	16
Ação Sensibilização "Plano de Segurança Interno"	4	2
Sensibilização "Transição ISO 9001:2015 / ISO 14001:2015"	46	92
Jornadas de HSST Açores 2018	1	16
43º Colóquio da Qualidade Fazer acontecer: A Qualidade em Ação	1	8
Jornadas Técnicas ANCIA'18	1	4
XV Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e de Cabo Verde	1	8
Total	173	879,5

A empresa privilegia as boas práticas em matéria de segurança e saúde no trabalho. No âmbito da Medicina no Trabalho foram efetuados todos os processos previstos na legislação e dado acompanhamento aos trabalhadores sempre que necessário.

Os Gastos com Pessoal e o número de trabalhadores refletem a evolução da atividade e dos negócios que a empresa detém em cada período, pelo que a análise deste agregado ao longo de períodos mais alargados deve considerar essa realidade. Os custos com pessoal registam um decréscimo de cerca de 4,4% em 2018, comparativamente a 2017. O custo médio por trabalhador regista um decréscimo de 2,6%. O volume médio de negócios por trabalhador registou uma diminuição de 7,8%.

Handwritten signatures and initials:
 PH
 R. Aca
 S

Nº de Trabalhadores	2014	2015	2016	2017	2018	2018/17 (%)
Quadros Superiores (*)	22	22	25	28	29	3,6
Contrato sem termo	15	17	20	20	23	15,0
Contrato com Termo	7	5	5	8	6	-25,0
Quadros Técnicos	17	17	18	19	16	-15,8
Contrato sem termo	16	17	17	17	15	-11,8
Contrato com Termo	1	0	1	2	1	-50,0
Apoio e Administrativos	8	8	7	8	9	12,5
Contrato sem termo	8	8	7	7	8	14,3
Contrato com Termo	0	0	0	1	1	0,0
Total	47	47	50	55	54	-1,8
Contrato sem termo	39	42	44	44	46	4,5
Contrato com Termo	8	5	6	11	8	-27,3
Custos C/ Pessoal (mil euro)	1 524	1 444	1 555	1 612	1 541	-4,4
Custos Médio (euros)	32 427	30 715	31 109	29 302	28 544	-2,6
Volume de Negócios/ nº de Trabalhadores (euro)	51 209	58 354	61 501	56 755	52 344	-7,8

(*) Inclui Órgãos Sociais - 1

PK.
P. T. A.
5

Informação Económica e Financeira

O Resultado Líquido do exercício económico do ano de 2018 foi de 356 746 euros.

O EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos foi de 472 318 euros, valor este, superior ao registado no ano anterior, em consequência da redução dos Gastos Operacionais em 13,7% e do impacto do resultado da participada Controlauto Açores, S.A, com uma influência positiva de 107%, face ao ano anterior.

A aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro e da ITVA nº 1/2007/A, conduz a uma maior ação inspetiva de veículos nos anos “pares” e menor nos anos “ímpares”, pelo que a atividade e os resultados da participada Controlauto Açores são cíclicos.

	(euro)					
RENDIMENTOS E GASTOS	2014	2015	2016	2017	2018	Evolução 2018/17 %
Serviços Prestados	2 395 084	2 742 619	2 995 705	3 111 849	2 819 738	-9,39
Subsídios à exploração	11 750	0	79 346	9 680	6 858	-29,1
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	249 870	101 852	205 604	98 856	204 663	107,0
Fornecimentos e serviços externos	-1 092 616	-1 235 734	-1 348 205	-1 301 507	-1 033 953	-20,6
Gastos com o pessoal	-1 524 070	-1 443 595	-1 555 441	-1 611 596	-1 541 368	-4,4
Imparidade de dívidas a receber	4 348	0	-13 266	-133 372	-47 387	-64,5
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	-7 935	-274	0	-100,0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	1	1	-3,4
Outros rendimentos	59 100	21 347	58 460	9 577	79 404	729,1
Outros gastos	-6 792	-16 247	-9 247	-9 959	-15 638	57,0
Resultado (EBITA) (antes de depreciações, gastos de financ. e impostos)	96 673	170 241	405 022	173 255	472 318	172,6
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-81 234	-46 526	-68 272	-67 411	-63 955	-5,1
Resultado Operacional (EBIT) (antes de gastos de financiamento e impostos)	15 440	123 715	336 750	105 844	408 362	285,8
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0	0	0	0,0
Juros e gastos similares suportados	-5	0	0	0	-1	0,0
Resultado antes de impostos	15 435	123 715	336 750	105 844	408 361,95	285,8
Imposto sobre o rendimento do período	-6 956	-6 052	-14 216	-28 885	-51 616	78,7
Resultado Líquido do Período	8 479	117 663	322 533	76 959	356 746	363,6

Alh.
P. A. A.
y

As Prestações de Serviço registaram um decréscimo de 9,4%. Os Subsídios à Exploração registaram um decréscimo de 29,1% e referem-se a formação profissional, subsidiada pelo Fundo Social Europeu.

(mil euro)

Rendimentos	2014	2015	2016	2017	2018	Evol. % 2018/17	Estr. (%) 2018
Prestações de Serviços	2 395	2 743	2 996	3 112	2 820	-9,4	90,6
Subsídios a Exploração	12	0	79	10	7	-29,1	0,2
Ganhos de subsidiárias, associadas	250	102	206	99	205	107,0	6,6
Outros Rendimentos	59	21	58	10	79	729,1	2,6
Proveitos Operacionais	2 716	2 866	3 339	3 230	3 111	-3,7	100,0
Proveitos Totais	2 716	2 866	3 339	3 230	3 111	-3,7	100,0

Os Gastos Totais registaram uma diminuição de 13,8%. Os Gastos com Pessoal e com Fornecimentos e Serviços Externos representam a quase totalidade dos custos da empresa. Os Gastos com Pessoal registam um decréscimo de 4,4% e os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um decréscimo de 268 mil euros.

(mil euro)

Gastos	2014	2015	2016	2017	2018	Evol. % 2018/17	Estr. (%) 2018
Fornecimentos e Serviços Externos	1 093	1 236	1 348	1 302	1 034	-20,6	38,3
Gastos com o Pessoal	1 524	1 444	1 555	1 612	1 541	-4,4	51,6
Gastos Depreciação e de Amortização	81	47	68	67	64	-5,1	2,2
Perdas por Imparidade	-4	0	13	133	47	-64,5	4,3
Provisões	0	0	8	0	0	0,0	0,0
Outros Gastos	7	16	9	10	16	57,0	0,3
Gastos Operacionais	2 700	2 742	3 002	3 124	2 702	-13,5	100,0
Gastos e Perdas Financiamento	0	0	0	0	0		
Gastos Totais	2 700	2 742	3 002	3 124	2 702	-13,5	100,0

Plm.
P. Ad.
P.

Não sendo exequível determinar de forma antecipada o volume de trabalho e a sua otimização, a gestão dos recursos é, dentro da possível gestão de custos variáveis, alinhada com as oportunidades que o mercado coloca ao longo de todo o exercício económico. As análises comparativas relativamente ao exercício económico anterior e ao orçamento devem ter em consideração as diferenças na composição do trabalho, que pode registar maior ou menor grau de competências internas e/ou projectos com margens distintas.

(mil euro)

Gastos	2017	2018		2018/17		2018 Exec/Prev	
		Previsto	Executado	Var.	Var. %	Var.	Var. %
Fornecimentos e Serviços Externos	1 302	1 359	1 034	-268	-20,6%	-325	-23,9%
Gastos com o Pessoal	1 612	1 722	1 541	-70	-4,4%	-181	-10,5%
Imparidades de Dívidas a Receber	133	0	47	-86	-64,5%	47	0
Provisões	0	0	0	0	0,0%	0	0
Amortizações e Depreciações	67	83	64	-3	-5,1%	-19	-22,9%
Outros Gastos	10	10	16	6	57,0%	5	51,5%
Gastos Operacionais	3 124	3 174	2 703	-422	-13,5%	-472	-14,9%
Resultado Líquido	77	19	357	280	363,3%	337	1733,0%

Os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel totalizaram 184 mil euros e registam um decréscimo de 84 mil euros, comparativamente ao verificado em 2017.

(mil euro)

	2017	2018	2018/17	
			Var.	%
Gastos com Comunicações	32	26	-6	-18,4%
Deslocações, Estadas e Alugueres de Viaturas	126	96	-30	-23,9%
Ajudas de Custo	64	14	-50	-78,0%
Frota Automóvel	47	48	1	3,2%
Total	268	184	-84	-31,4%

Pls.

P. A. A.

P.

A Controlauto-Açores, Lda, subsidiária da Norma Açores, S.A. tem como objeto o exercício da actividade de inspeção de veículos nas ilhas Terceira, S. Jorge, Pico e Faial e, no exercício económico do ano de 2018, obteve um Resultado Líquido de 341.104,56 euros. O Capital Próprio da empresa, em 31 de Dezembro de 2018, ascendia a 1.096.476,82 euros.

Entidade	Capital detido	Capital Próprio participada	Capital	GoddWill	Valor total	(euro)		
						2018		
						Rendimentos	Gastos	Resultado do período
CONTROLAUTO AÇORES, LDA	60%	1 096 476,82	657 886,09	195 887,30	853 773,39	1 110 402,21	(769 297,65)	341 104,56

Em resultado da aquisição efetuada, em Setembro de 2012, de 30% da Controlauto-Açores, Lda pelo valor de 600.000,00 euros, a Norma Açores passou a deter uma participação maioritária de 60% no Capital Social da empresa. A valorização do investimento foi efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, o custo de aquisição, nessa data, ao Justo Valor dos Activos e Passivos identificáveis correspondia a 320.161,00 euros, pelo que o Goodwill implícito foi de 279.839,00 euros.

O goodwill foi incluído na quantia escriturada do investimento, deixando o valor do investimento corresponder à percentagem dos capitais próprios da Controlauto- Açores, Lda: Por esse motivo é testado anualmente a imparidade do goodwill, comparando o valor do investimento com a sua quantia recuperável (o maior entre o justo valor e o valor de uso), sendo que da comparação efetuada concluiu-se que o valor da participação não está em imparidade. Para efeitos de cálculo foi utilizado o Free Cash flow firm, como método mais aproximado para determinar os fluxos de caixa futuros e, como pressupostos, beta igual a 1 e prémio de risco de mercado 5.5%, determinando-se assim que 60% do valor da Controlauto Açores corresponde a 1.686.623,00 euros, valor este superior ao valor da participação e Goodwill registados.

A avaliação e reconhecimento das imparidades de dívidas a receber de clientes foi efetuado no final do período.

A conta de perdas por imparidades acumuladas foi reforçada tendo em consideração o critério fiscal, como também a totalidade de dívidas de pessoas singulares e colectivas privadas para as quais se considerou existirem evidências significativas de dificuldade financeira ou incumprimento no pagamento. Estão também acauteladas dívidas relativas a pessoas colectivas públicas, tais como administração publica regional, administração local e empresas públicas, para as quais, no final de cada

Handwritten signatures and initials:
 PH
 P. A. A.
 P. S.

exercício, se considerou existirem fundamentos comerciais que sustentam o reconhecimento de imparidade.

A Norma Açores, no final do período em análise apresenta uma estrutura financeira equilibrada, com bons indicadores de Liquidez, de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, conforme se pode aferir da análise dos dados constantes dos quadros seguintes:

	2014	2015	2016	2017	2018
FUNDO DE MANEIO (mil euro)	1 615	1 902	2 084	2 072	2 285
LIQUIDEZ GERAL (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	3,1	3,1	3,4	2,9	3,7
AUTONOMIA FINANCEIRA (%) (Capital Proprio/Ativo Líquido)	78,0	75,9	77,9	73,1	78,5
SOLVABILIDADE TOTAL (nº) (Ativo Líquido/Passivo)	4,5	4,1	4,5	3,7	4,7
ROTAÇÃO DO ACTIVO (nº) (Volume de Negócios /Ativo)	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7
RENTABILIDADE DOS CAPITALS PROPRIOS (%) (Resultados Líquidos/ Capital Próprio)	0,3	4,0	10,1	2,6	11,2
REMUNERAÇÃO DOS CAPITALS (%) (Resultados Liq.+Enc.Financ)/ (CP+P.D.+Emprest.)	0,3	4,0	10,1	2,6	11,2
Resultado Operacional - EBIT (mil euro)	15	124	337	106	408

Handwritten signatures and initials:
 P. A. S.
 S

(euro)

	2014	2015	2016	2017	2018
ATIVO	3 531 711	3 837 856	4 083 189	4 012 114	4 068 624
Ativo não corrente	1 149 503	1 015 643	1 115 859	877 171	923 700
Ativos fixos tangíveis	104 903	68 929	104 148	74 338	64 454
Goodwil	0	0	251 855	223 871	195 887
Participações financeiras	1 043 945	946 205	756 779	569 343	657 886
Outros investimentos financeiros	0	0	337	1 176	1 862
Ativos por impostos diferidos	655	508	2 740	8 443	3 610
Ativo Corrente	2 382 209	2 822 212	2 967 330	3 134 944	3 144 924
Cientes	1 719 051	1 674 613	1 495 013	1 782 940	1 572 499
Estados e outros entes públicos	26 160	0	0	0	0
Outros créditos a receber	162 309	192 795	112 027	196 841	64 063
Diferimentos	10 891	17 305	38 401	22 060	38 067
Caixa e depósitos bancários	463 798	937 499	1 321 889	1 133 103	1 470 296
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	3 531 711	3 837 856	4 083 189	4 012 114	4 068 624
Capital próprio	2 755 004	2 911 254	3 182 127	2 932 889	3 193 734
Capital subscrito	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000
Reservas legais	80 000	80 000	80 000	80 000	80 000
Outras Reservas	784 345	784 345	784 345	784 345	784 345
Resultados transitados	1 013 434	1 021 913	1 089 976	1 144 443	1 144 602
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	468 746	507 333	505 273	447 143	428 041
Resultado Líquido do Período	8 479	117 663	322 533	76 959	356 746
Passivo	776 707	926 602	901 062	1 079 225	874 890
Passivo não corrente	9 365	6 456	17 383	16 037	15 041
Provisões	0	0	7 935	8 209	7 935
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Outras dívidas a pagar	9 365	6 456	9 448	7 828	7 107
Passivo corrente	767 342	920 146	883 679	1 063 188	859 849
Fornecedores	245 187	350 269	175 944	278 564	135 766
Adiantamento de clientes	0	0	0	6 815	6 613
Estado e outros entes públicos	83 471	131 143	143 710	131 766	152 238
Accionistas/sócios	0	0	0	30 212	0
Outras dívidas a pagar + Outros Passivos Correntes	280 877	267 605	316 315	349 476	338 398
Diferimentos	157 807	171 129	247 709	266 355	226 834

PUL.
 P. Ad.
 ps

Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos à consideração dos Senhores Acionistas, nos termos do artigo 14º dos estatutos, a seguinte distribuição de Resultados Líquidos do Exercício, que terminou em 31 de dezembro de 2018, no montante de 356.746,25 Euros:

Dividendos: 356.000,00 € (trezentos e cinquenta e seis mil euros).

Resultados Transitados: 746,25€ (setecentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos).

Ponta Delgada, 18 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

Presidente

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Administrador

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Administrador

Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

CM
CM

(Valores expressos em euros)

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

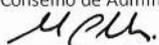
	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	64 453,92	74 337,71
Goodwill	8	195 887,30	223 871,20
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	657 886,09	569 342,50
Outros investimentos financeiros	21	1 862,44	1 176,03
Ativos por impostos diferidos	16	3 610,28	8 443,17
Total dos Ativos Não Correntes		923 700,03	877 170,61
Ativo Corrente			
Clientes	10	1 572 499,03	1 782 939,82
Outros créditos a receber	11	64 062,65	196 840,91
Diferimentos	12	38 066,53	22 059,77
Caixa e depósitos bancários	4	1 470 296,23	1 133 103,34
Total dos Ativos Correntes		3 144 924,44	3 134 943,84
Total dos Ativos		4 068 624,47	4 012 114,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	400 000,00	400 000,00
Reservas legais	18	80 000,00	80 000,00
Outras reservas	18	784 344,66	784 344,66
Resultados transitados	18	1 144 602,01	1 144 443,04
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	428 041,24	447 142,59
Resultado líquido do exercício	18	356 746,25	76 958,97
Total dos Capitais Próprios		3 193 734,16	2 932 889,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	19	7 934,61	8 208,88
Outras dívidas a pagar	15	7 106,71	7 827,91
Total dos Passivos Não Correntes		15 041,32	16 036,79
Passivo corrente			
Fornecedores	13	135 765,95	278 564,44
Adiantamento de clientes	10	6 612,92	6 814,59
Estado e outros entes públicos	14	152 237,82	131 766,31
Accionistas / sócios	20	0,00	30 212,00
Outras dívidas a pagar	15	338 398,04	349 475,80
Diferimentos	12	226 834,26	266 355,26
Total dos Passivos Correntes		859 848,99	1 063 188,40
Total do Passivo		874 890,31	1 079 225,19
Total do capital próprio e do passivo		4 068 624,47	4 012 114,45

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

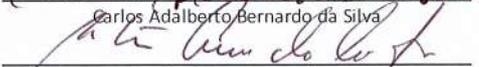
O Contabilista Certificado nº40776:

Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração:


Maria do Carmo C. Matias Marques Martins


Carlos Adalberto Bernardo da Silva


Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

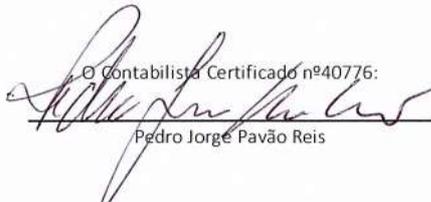
(Valores expressos em euros)

Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
Prestação de serviços	22	2 819 738,20	3 111 848,58
Subsídios à exploração	23	6 858,33	9 680,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	204 662,74	98 855,72
Fornecimentos e serviços externos	24	-1 033 953,38	-1 301 506,89
Gastos com o pessoal	25	-1 541 368,10	-1 611 595,59
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-47 387,47	-133 371,83
Provisões (aumentos/reduções)	19	0,00	-274,27
Aumentos/reduções de justo valor		0,85	0,88
Outros rendimentos	26	79 404,27	9 577,18
Outros gastos	27	-15 637,84	-9 958,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		472 317,60	173 255,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-63 955,11	-67 410,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		408 362,49	105 844,40
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-0,54	0,00
Resultado antes de impostos		408 361,95	105 844,40
Imposto sobre o rendimento do período	28	-51 615,70	-28 885,43
Resultado Líquido do Período		356 746,25	76 958,97

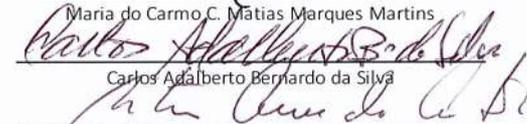
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

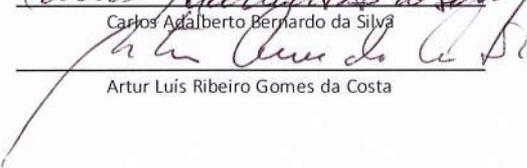
O Contabilista Certificado nº40776:


Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração:


Maria do Carmo C. Matias Marques Martins


Carlos Adalberto Bernardo da Silva

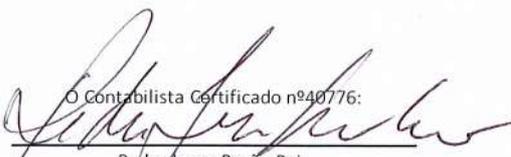

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

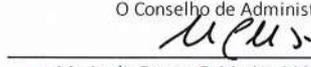
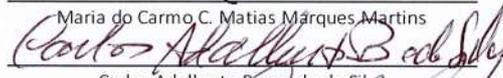
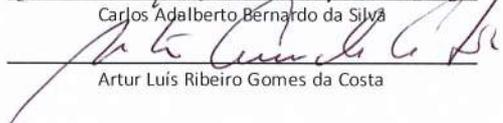
(Valores expressos em euros)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		3 500 421,02	3 159 512,50
Pagamentos a fornecedores		(1 327 104,65)	(1 319 535,80)
Pagamentos ao pessoal		(1 573 552,65)	(1 577 257,15)
Caixa gerada pelas operações		599 763,72	262 719,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6 037,01)	(23 101,70)
Outros recebimentos/pagamentos		(226 705,88)	(302 165,45)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		367 020,83	(62 547,60)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(23 630,08)	(17 843,65)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 000,00	-
Investimentos financeiros		99 814,68	207 023,89
Subsídios ao investimento		-	6 982,17
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		77 184,60	196 162,41
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(0,54)	-
Dividendos		(107 012,00)	(322 400,00)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(107 012,54)	(322 400,00)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		337 192,89	(188 785,19)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 133 103,34	1 321 888,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 470 296,23	1 133 103,34

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

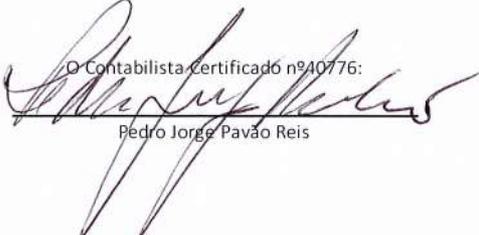
O Contabilista Certificado nº40776:

Pedro Jorge Pavão Reis

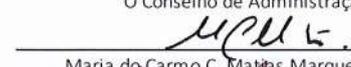
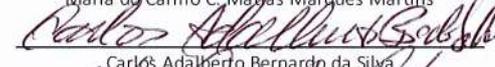
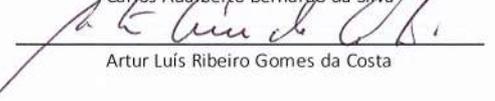
O Conselho de Administração:

Maria do Carmo C. Matias Márques Martins

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

(Valores expressos em euros)

Demonstração de alteração dos capitais próprios								
	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2017	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 089 976,27	468 631,99	36 640,93	322 533,22	3 182 127,07
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido de 2016	-	-	-	322 533,22	-	-	(322 533,22)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	54 333,55	(51 846,35)	(6 283,98)	-	(3 796,78)
Resultado líquido do período	-	-	-	376 866,77	(51 846,35)	(6 283,98)	322 533,22	(3 796,78)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	76 958,97	76 958,97
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	-	-	-	(322 400,00)	-	-	-	(322 400,00)
A 31 de Dezembro de 2017	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 144 443,04	416 785,64	30 356,95	76 958,97	2 932 889,26
A 1 de Janeiro de 2018	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 144 443,04	416 785,64	30 356,95	76 958,97	2 932 889,26
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido de 2017	-	-	-	76 958,97	-	-	(76 958,97)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(16 304,47)	(2 796,88)	-	(19 101,35)
Resultado líquido do período	-	-	-	76 958,97	(16 304,47)	(2 796,88)	(76 958,97)	(19 101,35)
Resultado integral	-	-	-	-	-	-	356 746,25	356 746,25
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	-	-	-	(76 800,00)	-	-	-	(76 800,00)
A 31 de Dezembro de 2018	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 144 602,01	400 481,17	27 560,07	356 746,25	3 193 734,16

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado nº40776:

Pedro Jorge Pavão Reis

O Conselho de Administração:

Maria do Carmo C. Matias Marques Martins

Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Introdução

1.1 A NORMA AÇORES – SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES, SA, é uma sociedade anónima, constituída a 29 de dezembro de 1984, com sede na Rua Eng.º José Cordeiro, 6, Ponta Delgada, Açores, tem como objeto social o planeamento, a consultoria, assessoria e a prestação de serviços nas seguintes áreas:

- a) Estudos e projetos de arquitetura e engenharia;
- b) Planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras;
- c) Estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais, acompanhamento ambiental de obras;
- d) Gestão de resíduos;
- e) Apoio à gestão empresarial;
- f) Formação profissional;
- g) Estudos económico-financeiros;
- h) Estudos de mercado e sondagens de opinião;
- i) Segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Apoio e/ou execução de inspeções e ensaios.

Compreendem-se no objeto as atividades acessórias, conexas ou complementares das atividades indicadas em 1.

1.2. A Norma integra o perímetro de consolidação de contas da EDA-Eletricidade dos Açores, SA, com sede social na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, 9504-535 Ponta Delgada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Norma Açores de acordo com as 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2018.

O Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, regulamentado pelas portarias 218/2015 de 23 de julho e 220/2015 de 24 de julho, e pelos Avisos n.º 8254/2015 a 8258/2015 de 29 de julho, introduziu algumas alterações no Sistema de Normalização Contabilística com aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que se consubstanciaram em alguns ajustamentos nas designações das rubricas e seu agrupamentos a nível das demonstrações financeiras e na alteração de algumas políticas contabilísticas ao nível das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Ph. E.A.M. P.A.C.

As demonstrações financeiras da Norma Açores, do período de 2018, contemplam as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Norma Açores, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e quotas correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Participações financeiras

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Norma Açores tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em

função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa, anualmente, nos ativos líquidos das correspondentes empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Norma Açores na aplicação do método da equivalência patrimonial. São também eliminados os ganhos e as perdas não realizados entre a Norma Açores e a subsidiária.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Norma Açores nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

3.2. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Norma Açores e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2018 não existiam saldos em moeda estrangeira para os quais fosse necessário efetuar a conversão.

CU.
P. Ad.
L. 29

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	Entre 4 a 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, rubrica de "Outros gastos e perdas" ou "Outros rendimentos e ganhos".

Handwritten signatures and initials:
P.H.
P.H. P.A.A.
P.H.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a goodwill resultante da aquisição de 30% da Controlauto Açores, Lda.

Com a alteração preconizada pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho na Norma Contabilística de Relato Financeira nº6, a Norma Açores alterou a política contabilística e passou a amortizar o goodwill adquirido numa concentração de actividades empresarias, por um período de 10 anos, apresentando nas demonstrações financeiras separadamente do custo do investimento apesar de continuar a fazer parte da quantia escriturada do investimento para efeitos de teste de imparidade.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Norma Açores avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza. Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Norma Açores regista a respetiva perda por imparidade. Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Norma Açores classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não

Handwritten signatures and initials:
CU
EJA
fu

possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Norma Açores classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Norma Açores avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Norma Açores reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

PK.
E. A. A. A.
/

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.8. Capital

O capital subscrito corresponde à diferença entre a quantia de capital social da Norma Açores e a parte não realizada pelos acionistas.

O capital estatutário da Norma Açores corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.9. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Norma Açores classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.10. Financiamentos obtidos

RM.
Estor
[Handwritten signature]

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Norma Açores possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excerto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa efetiva de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças temporárias tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 20,5% que é a taxa utilizada pela empresa mãe para efeitos de consolidação de contas.

3.12. Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo dos empregados, tais como salários, ordenados e outras remunerações adicionais contratados ou legalmente definidas e contribuições para a segurança social, mensuradas numa base não descontada e benefícios de cessação de emprego.

Ph.
Estor
Ph.
Ph.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Norma Açores tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Norma Açores divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Subsídios e apoios das Entidades Públicas

A Norma Açores reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à Norma Açores, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subseqüentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

A Norma Açores apresenta as quantias que figurem na rubrica “Juros obtidos de depósitos”, que não se relacionem ou derivem do financiamento da entidade, na rubrica “Outros rendimentos”.

3.16. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da atividade da Norma Açores. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Handwritten signatures and initials:
CA
CA
CA

O rédito da venda de serviços é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Norma Açores; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Quando o desfecho da transação que envolva a prestação de serviços não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito somente deve ser reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

O rédito reconhecido pela Norma Açores resulta da prestação de serviços de planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras, estudos e consultadoria empresarial, bem como atividades complementares com aquelas.

3.17. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros aos sócios da Norma Açores é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que a distribuição de lucros é aprovada pelos seus sócios.

3.18. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigidos ou permitidos pelas NCRF.

3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Norma Açores tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Norma Açores e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Norma Açores são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de

Handwritten signatures and initials:
CM
Actos
pe

Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1. Provisões

A Norma Açores analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2. Rédito

O reconhecimento do rédito quando associado à execução de atividades específicas exige uma contínua avaliação das estimativas dos gastos que devem ser reconhecidas com referência à data do serviço prestado.

3.21.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Norma Açores, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Norma Açores.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.21.4. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.21.5. Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Norma Açores. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Norma Açores não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	2018	2017
Caixa	-	-
Depósitos bancários	1 470 296,23	1 133 103,34
	1 470 296,23	1 133 103,34

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram os seguintes:

	2018	2017
Numerário		
Caixa	-	-
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	1 042 682,41	604 571,88
Depósitos a prazo	405 157,10	506 074,74
Outros depósitos	22 456,72	22 456,72
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1 470 296,23	1 133 103,34
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Caixa e seus equivalentes líquidos no fim do período	1 470 296,23	1 133 103,34

Handwritten signatures and initials, including 'PS' and 'ATA'.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alteração às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Norma Açores.

5.2. Alteração nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Norma Açores, para os períodos apresentados.

5.3. Alteração nas estimativas contabilísticas

A Norma Açores não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6. Divulgação de partes relacionadas

6.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da Norma Açores, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

Conselho de Administração	2018	2017
Remunerações	58 988,16	58 988,16

Para além do Conselho de Administração, o órgão de fiscalização composto por Fiscal Único, auferiu, durante o período findo, as seguintes remunerações, como contraprestação do serviço de revisão legal de contas, iva excluído:

Fiscal Único	2018	2017
Serviço de revisão legal de contas	8 671,32	8 671,32

6.2 Saldos e transações entre partes relacionadas

6.2.1. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

i) Acionistas:

Acionistas	Natureza da relação	% Capital Social	
		2018	2017
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	Empresa mãe	62,56%	62,63%
OC - Organização de Consultores, SGPS	Empresa associada	25,50%	25,50%
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	5,00%	5,00%
Pequenos acionistas	Outras partes relacionadas	6,94%	6,87%

ii) Por via de acionistas:

Por via dos Accionistas	Natureza da relação
EDA Renováveis, S.A.	Empresa do Grupo EDA
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa do Grupo EDA
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa do Grupo EDA
ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.	Empresa do Grupo EDA

iii) Subsidiárias

Subsidiárias	Natureza da relação	% Capital Social	
		2018	2017
Controlauto Açores, Lda	Empresa Subsidiária	60,00%	60,00%

6.3 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

iv) Acionistas:

As transações entre a Norma Açores e empresas acionistas, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Transações	Natureza da relação		
		2018	2017
Prestação de serviços			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	839 810,80	760 058,66
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	-	-
		839 810,80	760 058,66
Serviços adquiridos			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	46 410,05	49 909,96
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	42 185,97	44 907,13
		88 596,02	94 817,09

Os saldos entre a Norma Açores e empresas acionistas, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2018	2017
Clientes			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	210 996,04	258 098,95
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	-	-
		210 996,04	258 098,95
Fornecedores			
EDA-Electricidade dos Açores, SA	Empresa mãe	7 890,21	9 775,99
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	Empresa relacionada	1 886,51	113,74
		9 776,72	9 889,73

v) Por via de acionistas:

As transações entre a Norma Açores e empresas relacionadas do grupo EDA, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Transações	Natureza da relação	2018	2017
Prestação de serviços			
EDA Renováveis, S.A.	Empresa grupo EDA	137 297,87	46 358,48
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	5 719,51	30 912,40
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	2 114,00	95,00
		145 131,38	77 365,88
Serviços adquiridos			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	7 661,45	10 107,40
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	28 872,67	23 170,93
		36 534,12	33 278,33
Aquisição de ativos fixos tangíveis			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	4 648,00	-
		4 648,00	-

Os saldos entre a Norma Açores e empresas relacionadas do grupo EDA, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2018	2017
Clientes			
EDA Renováveis, S.A.	Empresa grupo EDA	23 588,24	32 804,39
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	6 589,32	2 150,00
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	2 494,52	95,00
		32 672,08	35 049,39
Fornecedores			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	8 900,74	8 664,74
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Empresa grupo EDA	12 010,96	7 137,81
		20 911,70	15 802,55
Outras dívidas a pagar - Fornecedores de Investimentos			
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	Empresa grupo EDA	5 484,64	-
		5 484,64	-

vi) Subsidiárias

CM
EAD
M

As transações entre a Norma Açores e as suas participadas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Transações	Natureza da relação	2018	2017
Prestação de serviços			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	58 091,06	55 310,12
		58 091,06	55 310,12
Serviços adquiridos			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	-	-
		-	-

Os saldos entre a Norma Açores e as suas participadas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	2018	2017
Clientes			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	10 889,12	10 832,42
		10 889,12	10 832,42
Fornecedores			
Controlauto Açores, Lda	Empresa subsidiária	-	-
		-	-

7. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” apresentava-se como segue:

Ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de Janeiro de 2018				
Custo de aquisição	146 309,43	230 964,17	307 368,38	684 641,98
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(144 584,92)	(210 509,15)	(255 210,20)	(610 304,27)
Valor líquido	1 724,51	20 455,02	52 158,18	74 337,71
Movimento de 2018				
Aquisições	13 533,94	-	12 553,48	26 087,42
Alienações	-	-	(4 440,00)	(4 440,00)
Transferências e abates	(4 363,69)	-	-	(4 363,69)
Imparidade do período	-	-	-	-
Depreciação - período	(4 987,46)	(9 938,82)	(21 044,93)	(35 971,21)
Depreciação - alienações	-	-	4 440,00	4 440,00
Depreciação- transf. e abates	4 363,69	-	-	4 363,69
Valor líquido	10 270,99	10 516,20	43 666,73	64 453,92
31 de Dezembro de 2018				
Custo de aquisição	155 479,68	230 964,17	315 481,86	701 925,71
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(145 208,69)	(220 447,97)	(271 815,13)	(637 471,79)
Valor líquido	10 270,99	10 516,20	43 666,73	64 453,92

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” apresentava-se como segue:

Ativos fixos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de Janeiro de 2017				
Custo de aquisição	144 622,04	230 964,17	302 535,51	592 542,54
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(139 748,65)	(200 570,33)	(233 655,24)	(487 639,42)
Valor líquido	4 873,39	30 393,84	68 880,27	104 903,12
Movimento de 2017				
Aquisições	1 687,39	-	7 929,75	9 617,14
Transferências e abates	-	-	(3 096,88)	(3 096,88)
Depreciação - período	(4 836,27)	(9 938,82)	(24 651,84)	(39 426,93)
Depreciação- transf. e abates	-	-	3 096,88	3 096,88
Valor líquido	1 724,51	20 455,02	52 158,18	75 093,33
31 de Dezembro de 2017				
Custo de aquisição	146 309,43	230 964,17	307 368,38	684 641,98
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	(144 584,92)	(210 509,15)	(255 210,20)	(610 304,27)
Valor líquido	1 724,51	20 455,02	52 158,18	74 337,71

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

8. Goodwill

Com a alteração preconizada pelo Decreto de Lei n.º 98/2016, de 2 de julho na Norma Contabilística de Relato Financeira nº6, a Norma Açores alterou a política contabilística e passou a amortizar o goodwill adquirido numa concentração de actividades empresariais, por um período de 10 anos, apresentando nas demonstrações financeiras separadamente do custo do investimento apesar de continuar a fazer parte da quantia escriturada do investimento para efeitos de teste de imparidade.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos registados na rubrica “Goodwill” apresentam-se como segue:

RM.

L.A.O.R.

	Goodwill	Total
1 de Janeiro de 2018		
Custo de aquisição	279 839,00	279 839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(55 967,80)	(55 967,80)
Valor líquido	223 871,20	223 871,20
Movimento de 2018		
Depreciação - período	(27 983,90)	(27 983,90)
Valor líquido	195 887,30	195 887,30
31 de Dezembro de 2018		
Custo de aquisição	279 839,00	279 839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(83 951,70)	(83 951,70)
Valor líquido	195 887,30	195 887,30

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados na rubrica “Goodwill” apresentam-se como segue:

	Goodwill	Total
1 de Janeiro de 2017		
Custo de aquisição	279 839,00	279 839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(27 983,90)	(27 983,90)
Valor líquido	251 855,10	251 855,10
Movimento de 2017		
Depreciação - período	(27 983,90)	(27 983,90)
Valor líquido	223 871,20	223 871,20
31 de Dezembro de 2017		
Custo de aquisição	279 839,00	279 839,00
Imparidade acumulada	-	-
Depreciações acumuladas	(55 967,80)	(55 967,80)
Valor líquido	223 871,20	223 871,20

Em 2012 a Norma Açores adquiriu, à EDA-Eletricidade dos Açores, SA, por 600.000 euros, uma quota, de valor nominal de 90.000 euros, correspondente a 30% do capital social da Controlauto Açores, Lda.

A aquisição da participação da Controlauto Açores foi contabilizada de acordo com a NCRF 14 — Concentrações de Atividades Empresariais, em que o goodwill, isto é, a diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da Controlauto Açores, Lda foi incluído na quantia escriturada do investimento.

O goodwill, apurado no valor de 279.839 euros, resultante diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da Controlauto Açores, Lda, foi incluído na quantia escriturada do investimento.

No ano de 2018, foram efetuados testes de imparidade, segundo a NCRF 12 — Imparidade de Ativos, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado entre valor de uso e justo valor, menos os custos de vender) com a sua quantia escriturada que corresponde à quota parte da participação acrescido do goodwill, no valor de 853.773,39 euros, não resultando imparidade do ativo.

Plu
EDA
[Handwritten signature]

9. Participações financeiras

A Norma Açores regista as participações pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2018, a Norma Açores detém uma participação financeira de 60% na Controlauto Açores, Lda

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido na rubrica “Investimento em subsidiárias”, foi o seguinte:

Participações financeiras	CONTROLAUTO AÇORES, LDA	GSU AÇORES LDA	Total
1 de Janeiro de 2017	694 711,12	62 068,14	756 779,26
% Resultados da participada	99 814,68	(958,96)	98 855,72
Dividendos recebidos	(207 023,89)	-	(207 023,89)
Variações no capital próprio	(18 159,41)	-	(18 159,41)
Desreconhecimento da participação financeira	-	(61 109,18)	(61 109,18)
31 de Dezembro de 2017	569 342,50	-	569 342,50
% Resultados da participada	204 662,74	-	204 662,74
Dividendos recebidos	(99 814,68)	-	(99 814,68)
Variações no capital próprio	(16 304,47)	-	(16 304,47)
Desreconhecimento da participação financeira	-	-	-
31 de Dezembro de 2018	657 886,09	-	657 886,09

O goodwill implícito no custo do investimento resultante da aquisição de 30% da Controlauto Açores, a no valor de 279.839 euros, passou a ser apresentado separadamente na nota 8, sujeito à amortização por um período de 10 anos.

O capital próprio, rendimentos, gastos e os resultados do período a 31 de dezembro de 2018, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

Entidade	Capital detido	Natureza	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultados do período
CONTROLAUTO AÇORES, LDA	60%	Subsidiária	1 096 476,82	1 110 402,21	(769 297,65)	341 104,56

Os saldos dos investimentos, em 31 de dezembro de 2018, apresentavam-se como segue:

Entidade	Capital detido	Natureza	Capital Próprio participada	Partes de capital
CONTROLAUTO AÇORES, LDA	60%	Subsidiária	1 096 476,82	657 886,09
				657 886,09

Plur.
P.A.A.
fu

10. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Clientes	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes gerais	1 317 941,79	-	1 478 959,06	-
Clientes empresa mãe - EDA i)	210 996,04	-	258 098,95	-
Clientes empresas subsidiárias ii)	10 889,12	-	10 832,42	-
Clientes empresas do grupo EDA iii)	32 672,08	-	35 049,39	-
Clientes de cobrança duvidosa	434 358,00	-	387 985,93	-
	2 006 857,03	-	2 170 925,75	-
Perdas por imparidade acumuladas	(434 358,00)	-	(387 985,93)	-
Saldo final	1 572 499,03	-	1 782 939,82	-

- i) Cliente empresa mãe (EDA) - Esta rubrica refere-se a saldos por receber da empresa mãe EDA por conta de serviços prestados de fiscalização, formação, recrutamento e seleção de pessoal, segurança e ambiente, etc.
- ii) Clientes empresas subsidiárias - Esta rubrica refere-se a saldos por receber da empresa participada Controlauto Açores, Lda por conta de serviços prestados por suporte de gestão, apoio contabilístico, administrativo e formação.
- iii) Clientes empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos por receber das empresas do grupo EDA, por serviços prestados no âmbito da atividade da Norma Açores (Nota 5).

As dívidas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, que corresponde o seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Perdas por imparidade acumulada de clientes”, apresentava a seguinte composição:

Perdas por imparidades	2018	2017
Saldo a 1 de Janeiro	387 985,93	254 614,10
Aumento	50 104,51	139 121,83
Reversão	(2 717,04)	(5 750,00)
Anulações	(1 015,40)	-
Saldo final	434 358,00	387 985,93

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes” apresentava os seguintes montantes:

Adiantamentos de clientes	2018	2017
Adiantamentos de clientes	6 612,92	6 814,59
Saldo final	6 612,92	6 814,59

CMU

Estor

11. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outras créditos a receber” tinha a seguinte composição:

Outros créditos a receber	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal				
Outras operações com o pessoal	1 992,83	-	1 834,42	-
Devedores por acréscimos de rendimentos				
Acréscimos de rendimentos - Juros a receber	152,38	-	131,50	-
Acréscimos de rendimentos - Outros	16 869,94	-	98 615,06	-
Outros créditos a receber				
Outros créditos a receber	45 047,50	-	96 259,93	-
	64 062,65	-	196 840,91	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Saldo final	64 062,65	-	196 840,91	-

Na rubrica “Outras créditos a receber” são registados, essencialmente, os subsídios ao investimento referentes a aquisições de “Ativos fixos tangíveis” a receber do governo regional, contratados no âmbito do programa SIDER-Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, no montante de 24.209,03 euros e o resultado da liquidação da GSU Açores, LDA, no valor de 6.109,18 euros.

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

Diferimentos (Ativo)	2018	2017
Outros gastos a reconhecer	38 066,53	22 059,77

Diferimentos (Passivo)	2018	2017
Rendimentos a reconhecer - Prestações de serviços	226 834,26	266 355,26

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials:
C.M.
P.A.
J.

Fornecedores	2018	2017
Fornecedores gerais	105 077,53	252 872,16
Fornecedores empresa mãe - EDA i)	7 890,21	9 775,99
Fornecedores outras empresas relacionadas ii)	1 886,51	113,74
Fornecedores outras empresas do grupo EDA iii)	20 911,70	15 802,55
	135 765,95	278 564,44

- i) Fornecedor empresa mãe (EDA) - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa mãe EDA por aquisição de serviços;
- ii) Fornecedor outras empresas relacionadas - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa Açoreana Seguros relativos a aquisição de seguros;
- iii) Fornecedores outras empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar a empresas do grupo EDA, por serviços adquiridos (Nota 5).

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Estado e outros entes públicos	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	41 558,33	-	1 015,01
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	14 744,51	-	28 542,65
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	67 853,55	-	62 864,17
Contribuições para a Segurança Social	-	28 002,54	-	39 237,78
Outros impostos e taxas	-	78,89	-	106,70
Saldo final	-	152 237,82	-	131 766,31

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

Detalhe da rubrica de IRC	2018	2017
Pagamentos por conta	5 022,00	12 576,14
Retenções na fonte	202,48	350,92
Estimativa de IRC	(46 782,81)	(13 942,07)
	(41 558,33)	(1 015,01)

15. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials:
 C.M.
 P.A.
 J.P.

Outras dívidas a pagar	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimentos				
Fornecedores investimentos-gerais	7 351,50	-	5 250,35	-
Fornecedores investimentos - outras empresas do grupo EDA i)	5 484,64	-	-	-
Outros credores				
Credores diversos	17 162,37	-	35 459,81	-
Ajustamentos de subsídios - Impostos	-	7 106,71	-	7 827,91
Pessoal				
Outras operações com pessoal	245,42	-	3,75	-
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	208 901,70	-	217 000,71	-
Outros acréscimos de gastos	99 252,41	-	91 761,18	-
Saldo final	338 398,04	7 106,71	349 475,80	7 827,91

- i) Fornecedor de investimento a empresas do grupo EDA - Esta rubrica refere-se a saldos a pagar à empresa do grupo EDA, Globaleda, por aquisição de ativos fixos tangíveis.

16. Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

Ativos por impostos diferidos	2018	2017
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(4 832,89)	(14 943,36)
Passivos por impostos diferidos	-	-
Transferência de capital próprio - subsídios	-	-
Impactos no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	20 646,61
Passivos por impostos diferidos	-	-
Impacto líquido dos impostos diferidos	(4 832,89)	5 703,25

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período	Gastos cessação emprego	Provisão	Imparidade de dívidas a receber	Prejuízos fiscais	Total
Saldo a 1 de Janeiro 2017	1 113,32	1 626,60	-	-	2 739,92
Constituição por resultados	1 059,38	-	47,17	-	1 106,55
Reversão por resultados	-	-	-	(16 049,91)	(16 049,91)
Constituição por capital próprio	-	-	-	20 646,61	20 646,61
Saldo a 31 de dezembro 2017	2 172,70	1 626,60	47,17	4 596,70	8 443,17
Constituição por resultados	1 051,91	-	-	-	1 051,91
Reversão por resultados	(1 240,93)	-	(47,17)	(4 596,70)	(5 884,80)
Saldo a 31 de dezembro 2018	1 983,68	1 626,60	-	0,00	3 610,28

As diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2018, resultam de gastos com os benefícios de cessação de emprego serem tributados no período do pagamento e não no reconhecimento contabilístico como gasto, obrigando a correções fiscais no tempo, no valor de 9.656,71 euros, à constituição de uma provisão não dedutível para efeitos fiscais, no valor de 7.934,61 euros.

17. Capital subscrito

O capital social subscrito da Norma Açores é representado por 80.000 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma, e encontra-se totalmente realizado. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas pelas entidades que se seguem:

Acionistas	Nº Ações	Valor nominal	Valor	% Capital Social
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	50 050	5	250 250	62,56%
CONSULMAR - SGPS,SA	20 400	5	102 000	25,50%
Açoreana - Companhia de Seguros, SA	4 000	5	20 000	5,00%
António Luis Gusmão Teixeira	1 000	5	5 000	1,25%
Carlos Alberto Mesquita e Mota	1 000	5	5 000	1,25%
Carlos Alberto S.Vilhena de Andrade Botelho	1 000	5	5 000	1,25%
José Luís Ferreira Saraiva	1 000	5	5 000	1,25%
Maria de Fátima Medeiros Ferreira Carvalho	1 000	5	5 000	1,25%
Maria Flor Ferreira Lopes	500	5	2 500	0,63%
Paulo Jorge Pereira Amaral	50	5	250	0,06%
	80 000		400 000	100,00%

18. Reservas e resultados acumulados

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2018 e 2017 decorreram de:

	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos ativos financeiros	Ajustamento/Otras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
1 de Janeiro de 2017	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 089 976,27	468 631,99	36 640,93	322 533,22	3 182 127,07
Aplicação do Resultado do período anterior	-	-	-	322 533,22	-	-	(322 533,22)	-
Distribuição de resultados	-	-	-	(322 400,00)	-	-	-	(322 400,00)
Subsídios ao investimento (líquido de ajustamento de impostos)	-	-	-	-	(18 159,42)	(6 283,98)	-	(24 443,41)
Desreconhecimento da participação financeira GSU Açores	-	-	-	33 686,94	(33 686,94)	-	-	-
Impostos diferidos - Prejuízos fiscais	-	-	-	20 646,61	-	-	-	20 646,61
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	76 958,97	76 958,97
31 de Dezembro de 2017	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 144 443,04	416 785,64	30 356,95	76 958,97	2 932 889,26
Aplicação do Resultado do período anterior	-	-	-	76 958,97	-	-	(76 958,97)	-
Distribuição de resultados	-	-	-	(76 800,00)	-	-	-	(76 800,00)
Subsídios ao investimento (líquido de ajustamento de impostos)	-	-	-	-	(16 304,47)	(2 796,88)	-	(19 101,35)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	356 746,25	356 746,25
31 de Dezembro de 2018	400 000,00	80 000,00	784 344,66	1 144 602,01	400 481,17	27 560,07	356 746,25	3 193 734,16

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se a subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis líquido de impostos que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados (Nota 26). O ajustamento

de impostos assim gerados será subseqüentemente anulado, por contrapartida de resultados, à medida que esses subsídios são imputados.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Norma Açores, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2018, o resultado apurado no período de 2017 teve a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados 2017	
Resultados transitados	158,97
Distribuição aos acionistas	76 800,00
	<u>76 958,97</u>

19. Provisões

A Norma Açores reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada a cumprir com a provável restituição de subsídios relacionados com a formação profissional.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos nesta rubrica foram como segue:

Outras Provisões	2018	2017
Saldo inicial	8 208,88	7 934,61
Dotação	-	274,27
Utilização	274,27	-
<u>Saldo final</u>	<u>7 934,61</u>	<u>8 208,88</u>

20. Acionistas

O saldo da rubrica "Accionista" refere-se a uma parte da distribuição do resultado líquido de 2016 ao acionista Consulmar SGPS, SA, cujo o pagamento ocorreu em 2018.

Acionistas	2018	2017
Consulmar.SGPS, SA.	-	30 212,00
<u>Saldo final</u>	<u>-</u>	<u>30 212,00</u>

21. Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outros investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials:
C.M.
R. A. J.
F. J.

Outros investimentos financeiros	2018	2017
Fundo de compensação do trabalho	1 862,44	1 176,03
Saldo final	1 862,44	1 176,03

Este valor refere-se à participação no fundo de compensação de trabalho.

22. Prestação de serviços

Os réditos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 tiveram a seguinte proveniência:

Prestação de serviços	2018	2017
Engenharia	1 434 028,10	1 492 697,95
Estudos e consultadoria	1 131 684,02	1 281 864,94
Segurança, ambiente e investigação	198 657,72	280 650,57
Outros serviços prestados	55 368,36	56 635,12
Total de Réditos	2 819 738,20	3 111 848,58

23. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Norma Açores reconheceu os seguintes montantes na rubrica “Subsídios à exploração”:

Subsídios à exploração	2018	2017
Subsídios à exploração	6 858,33	9 680,00

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito da formação profissional, subsidiada pelo Fundo Social Europeu.

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Subcontratos	555 411,90	719 107,54
Serviços especializados	209 548,28	253 252,36
Materiais	23 092,68	32 110,88
Energia e fluidos	25 132,40	24 228,41
Deslocações, estadas e transportes	88 668,41	113 514,29
Serviços diversos	132 099,71	159 293,41
	1 033 953,38	1 301 506,89

25. Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Gastos com o pessoal	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	58 988,16	58 988,16
Remunerações do pessoal	1 165 839,00	1 232 246,83
Benefícios pós-emprego	2 740,00	-
Indemnizações	-	5 617,70
Encargos sobre remunerações	278 362,56	287 036,35
Seguros	10 215,90	8 376,26
Gastos de acção social	16 389,35	14 532,26
Outros gastos com pessoal	8 833,13	4 798,03
	1 541 368,10	1 611 595,59

O número médio de empregados da Norma Açores nos períodos findos de 2018 e de 2017 foi de:

Nº médio de empregados	2018	2017
	54	54

26. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

Handwritten signatures and initials:
 P.M.
 P. Ad.
 P.M.

Outros rendimentos	2018	2017
Ganhos na alienação de activos tangíveis	1 000,00	-
Imputação de subsídios para o investimento	3 518,08	7 904,38
Juros obtidos de contas bancárias	1 030,69	1 641,93
Outros	73 855,50	30,87
	79 404,27	9 577,18

27. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

Outros gastos	2018	2017
Impostos	3 436,95	2 143,13
Quotizações	5 386,68	5 511,68
Outros gastos e perdas	6 814,21	2 303,74
	15 637,84	9 958,55

28. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Imposto corrente	(46 782,81)	(13 942,07)
Imposto diferido	(4 832,89)	(14 943,36)
	(51 615,70)	(28 885,43)

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2017	2016
Resultado antes de imposto	408 361,95	105 844,40
Gastos não dedutíveis	44 635,54	108 497,72
Rendimentos não tributáveis	(213 136,22)	(102 496,06)
Prejuízos fiscais dedutíveis	(22 422,91)	(78 292,24)
Matéria coletável	217 438,36	33 553,82
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Coleta	36 529,64	5 637,04
Derrama (1,5%)	3 597,92	1 677,69
Tributação autónoma	6 655,25	6 627,34
Imposto s/ rendimento corrente	46 782,81	13 942,07
Imposto s/ rendimento diferido	4 832,89	14 943,36
Imposto s/ rendimento	51 615,70	28 885,43

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras e conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Taxa de imposto - IRC - Imposto corrente	16,8%	16,8%
Derrama municipal	1,5%	1,5%

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa esta sujeita a derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Para os períodos em análise apresenta-se o detalhe do imposto diferido do período:

Imposto sobre o rendimento	2018	2017
Ativos por impostos diferidos	(4 832,89)	(14 943,36)
Passivos por impostos diferidos	-	-
Imposto diferidos do período	(4 832,89)	(14 943,36)

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças temporárias tributárias à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi de 20,5%.

29. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2018, atingiam um valor de 162.462,68€, correspondendo a garantias exigidas no âmbito de cumprimento de contratos de prestação de serviços.

30. Acontecimentos após a data do balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

31. Informações exigidas por diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2018 não existiam valores em dívida a Segurança Social nem a Administração Fiscal.

eu.

[Handwritten signature]

Para efeitos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2018, a Norma Açores não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.

Ch
P. A. A.

Informações sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A Norma Açores, S.A. é uma empresa participada da EDA, S.A. e integra, por força da referida participação o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores.

É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 –A, de 24 de março. Este regime impõe-lhe o cumprimento de deveres especiais de informação e controlo, seja através do envio de informação à tutela, seja por inclusão de assuntos no relatório de Gestão e, ou, por publicação dos mesmos no Jornal Oficial.

De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, contêm entre outros os seguintes pontos:

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas estão vertidas no Plano Plurianual e Orçamento para 2019.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art.º. 23.º do pacto social, é constituído por um Fiscal Único, que será revisor oficial de contas ou por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os órgãos Sociais para o triénio 2015/2017, eleitos em Assembleia Geral, em 30 março de 2015, mantêm-se em funções.

Conselho de Administração

Presidente: Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins

Administrador: Carlos Adalberto Bernardo da Silva

Administrador: Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Vice-Presidente: José Luis Ferreira Saraiva

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Duarte Giesta & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada Dr. Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração:

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A, de abril de 2012 a dezembro de 2015 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então à data.

CM
P. M. A.

Carlos Adalberto Bernardo da Silva: Licenciado em História, em 1982, pela Universidade Clássica de Lisboa – Faculdade de letras. Foi Professor do Ensino Secundário, de 1982 a 1987; Diretor Local da Companhia de Seguros Império de 1987 a 2000; Gerente Sociedade Unipessoal de Mediação de Seguros de 2000 a 2001; Diretor da GRUBEN- Sociedade de Mediação de Seguros de 2002 a setembro de 2003; Presidente do Conselho de Administração dos Portos dos Açores, SGPS, S. A., de setembro de 2003 a agosto de 2011; Vogal do Conselho de Administração da Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria de setembro de 2003 a dezembro de 2009; Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL de dezembro de 2003 a dezembro de 2009; Vogal do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de outubro de 2011 à data.

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa: Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, em 1989; Pós-Graduação em Gestão Empresarial, pelo INDEG/ISCTE, em 1992; MBA na Universidade Nova de Lisboa, em 1999; Frequência do Programa de doutoramento em Gestão da Mudança Empresarial na University of Hertfordshire no Reino Unido (2002) – Prof. Ralph Stacey; Mestre em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa, em 2002; Curso de Mergers&Acquisitions do programa de MBA da UNL, em 2004. Chefe Gabinete de Engenharia na TECHNAL Portuguesa, de 1989 a 1992; Diretor de Obra na FERROVIAL/AGROMAN, de 1992 a 1998; Diretor de Projeto na SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS, S.A., de 1998 a 2001; Administrador do grupo Sousa Lima, S.G.P.S., S.A., de 2001 a 2007; Assessor do Conselho de Administração da F9CONSULTING, S.A., de 2007 a 2011; Administrador da TECMIC – Tecnologias de Microelectrónicas, S.A., de 2011 a 2014; Managing Director no Grupo CONSULMAR, de junho de 2014 à data; Vogal do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de março de 2015 à data.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas:

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA Renováveis, S.A., Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A. e Administradora da EDA, S.A. até fevereiro de 2018,

Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa: Gerente da BlackRock Investimentos e Serviços Unipessoal Lda; Gerente da Consulmar Açores, Lda. e Administrador da Consulmar, SGPS, S.A.

Carlos Adalberto Bernardo da Silva: Presidente da Direção da Casa do Triângulo, Associação Cívica.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos Órgãos Sociais são fixadas por uma Comissão de Fixação de Remunerações, que foi eleita pela Assembleia Geral realizada em 30 de março de 2015. A Comissão de Fixação de Remunerações, em conformidade com o estabelecido legalmente, e no uso das competências que lhe foram delegadas pela Assembleia Geral determinou, que durante o mandato 2015/2017:

- 1) A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano ao senhor Administrador Dr. Carlos Adalberto Bernardo da Silva, seja fixada em 4.435,20 €, a que correspondia, em outubro de 2011, por força da redução remuneratória determinada pela lei 12-A/2010, de 30 de junho, o valor de 4.213,44 €, que é sujeito aos outros descontos legais em vigor e que a senhora Presidente do Conselho de Administração, Dra. Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins e o senhor Administrador Eng.º Artur Luís Ribeiro Gomes da Costa, não sejam remunerados;
- 2) As funções dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e da Comissão de Fixação de Remunerações continuem a ser não remuneradas;
- 3) Que a remuneração anual do Fiscal Único seja fixada em 8.671,32 €.

Os valores remuneratórios ilíquidos, pagos aos Órgãos Sociais, no ano de 2018, corresponderam a:

Conselho de Administração da Norma Açores – Administrador - 58.988,16 €

Fiscal Único, ROC – 8.671,32 €

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração deve reunir trimestralmente. Durante o ano de 2018 o Conselho de Administração realizou oito reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram à execução do Plano de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia neste delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas de engenharia e fiscalização, estudos e consultadoria, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da apreciação das contas mensais da Norma Açores e das empresas do Grupo, à apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2017, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2019.

Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

PU.
R. A. S.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A., relativos ao exercício de 2018.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2018, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;



- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;

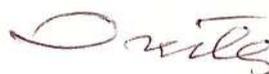
Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 18 de Fevereiro de 2019

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 4.068.624 euros e um total de capital próprio de 3.193.734 euros, incluindo um resultado líquido de 356.746 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da NORMA-AÇORES, SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5 - 2.º Centro • 9500-037 Ponta Delgada
Apartado 120 • EC VASCO DA GAMA (PONTA DELGADA) • 9501-902 Ponta Delgada
Telefone / Fax n.º 296 628 240 • E-mail: dufetag@netc.pt

NIPC e Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o N.º 512 093 350
Inscrita na Lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 199 e na CMVM sob o n.º 20161497

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 18 de Fevereiro de 2019



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)